

Flávio mira Bahia para tentar frear Lula

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

De olho em 2026, o senador Flávio Bolsonaro tem intensificado movimentos políticos na Bahia, estado considerado um dos principais redutos eleitorais do presidente Lula e do PT no país. A estratégia do grupo bolsonarista é ampliar presença no território baiano, reduzir a rejeição ao sobrenome Bolsonaro e construir alianças capazes de enfrentar a hegemonia petista no Nordeste.

Os próximos passos dessa ofensiva devem ocorrer no Oeste baiano. Tanto Lula quanto Flávio são esperados na Bahia Farm Show, em Luís Eduardo Magalhães, entre os dias 8 e 13 de junho. A expectativa é que ambos participem da abertura do evento, considerado um dos maiores do agronegócio brasileiro, setor onde o

bolsonarismo mantém forte influência.

Na Bahia, a articulação para aproximar Flávio do eleitorado local vem sendo conduzida pelo ex-ministro e pré-candidato ao Senado João Roma. Em entrevista na Assembleia Legislativa, Roma afirmou que trabalha para garantir a presença do senador em uma série de agendas estratégicas no estado. Segundo ele, o objetivo é apresentar uma imagem mais próxima do parlamentar ao público baiano.

“Queremos apresentar ao povo baiano a forma como ele atua e a habilidade que tem na política. Isso já tem baixado a rejeição e aumentado sua intenção de voto”, declarou Roma ao comentar pesquisas internas do grupo político. A movimentação ganhou novos capítulos nesta semana. A Câmara Municipal de Salvador aprovou a concessão do título de cidadão soteropolitano a Flávio Bolsonaro. A homenagem foi

articulada pelo vereador Cezar Leite, que classificou a iniciativa como parte de uma aproximação política com o senador, tratado por aliados como pré-candidato ao Palácio do Planalto.

“Vamos transformar e livrar a Bahia do PT”, afirmou o vereador durante a sessão.

O avanço bolsonarista, porém, já provoca reação de adversários. A deputada federal Lídice da Mata ironizou a homenagem aprovada pela Câmara e afirmou que a aproximação entre Flávio e grupos políticos baianos representa uma tentativa de construção antecipada de palanque para 2026.

Paralelamente, Flávio também tem buscado nacionalizar o discurso contra o PT. Após a operação envolvendo o caso Banco Master, o senador relacionou o escândalo à “alta cúpula do PT nacional e da Bahia” e voltou a pressionar pela instalação de uma CPI no Congresso. A ofensiva reforça a tentativa do presi-

Foto: Divulgação



DE OLHO em 2026, o senador Flávio Bolsonaro tem intensificado movimentos políticos na Bahia

denciável de transformar a Bahia em um dos principais campos da disputa política contra Lula nos próximos anos.

Energia - O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou nesta sexta-feira, 8, que, diante dos avanços do setor energético, é possível pensar em um País em que nunca mais ocorram apagões. Em outubro do ano passado, um incêndio em um

reator no Paraná afetou todos os 26 Estados e o Distrito Federal, deixando a população sem luz entre 40 minutos e 2 horas e 30 minutos.

“É muito gratificante que a gente apresente para a sociedade brasileira a ideia de que a gente pode ter um país em que nunca mais teremos um apagão”, declarou o presidente durante evento no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em

Brasília

Nesta sexta-feira, o presidente participou das assinaturas das renovações contratuais das distribuidoras de energia. As entidades são aquelas que já receberam o aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Ministério de Minas e Energia (MME). Lula também assinou um decreto que busca ampliar e modernizar o programa Luz para Todos.

SALVADOR

Muniz cobra ajuda ao Estado para transporte na capital



CARLOS MUNIZ voltou a cobrar soluções para o sistema de transporte público da capital baiana e afirmou que o problema exige participação conjunta

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O presidente da Câmara Municipal de Salvador (CMS), Carlos Muniz (PSDB), voltou a cobrar soluções para o sistema de transporte público da capital baiana e afirmou que o problema exige participação conjunta da Prefeitura de Salvador, do governo da Bahia e do governo federal. As declarações foram dadas durante entrevista à rádio Metrópole.

Segundo o vereador, a gestão municipal já adotou medidas para reduzir o impacto da tarifa sobre os usuários, como a retirada de tributos que incidiam sobre o sistema. Ainda assim, ele afirmou que a situação financei-

ra das empresas que operam o transporte coletivo dificulta melhorias mais amplas no serviço prestado à população.

“O problema do transporte público, Bruno Reis poderia resolver sozinho? Não. Se o município pudesse ter resolvido esse problema, já teria resolvido. O município retirou todos os impostos que eram cobrados antes, porque sabia que eles entravam na tarifa. Só que nós precisamos do governo do Estado e do governo federal para resolver esse problema”, declarou.

Durante a entrevista, Muniz também criticou as condições do transporte público oferecido em Salvador e avaliou que o valor da tarifa não corresponde à qualidade do

serviço. Para ele, o atual cenário afeta diretamente o funcionamento do sistema e amplia as dificuldades enfrentadas pelas concessionárias. “Nós temos uma tarifa cara, em um transporte público péssimo e quem paga isso é só a população. Temos que dar uma solução”, continuou.

Muniz cobra ajuda ao Estado para transporte na capital. O presidente da Câmara ainda argumentou que empresas que operam com prejuízo acabam encontrando dificuldades para renovar a frota e manter a regularidade das linhas.

“Quando tem uma empresa como a de Salvador, que em todas as contas sai no prejuízo, ela não vai gerar um

bom serviço. Não tem condições de ter carros novos, de estar nos horários obrigatórios”, finalizou.

Carlos Muniz também afirmou que a Prefeitura de Salvador deverá executar as emendas impositivas apresentadas pelos vereadores da Câmara Municipal, incluindo aquelas indicadas por parlamentares da oposição. De acordo com o presidente do Legislativo municipal, o prefeito Bruno Reis teria garantido o pagamento das emendas dentro do limite atualmente previsto para cada vereador, fixado em R\$ 1,2 milhão. Muniz afirmou ainda que não haveria distinção entre vereadores da base governista e da oposição na liberação dos recursos.

TJ-BA prevê orçamento de R\$ 3,8 bi para 2026

A maior parte do orçamento será destinada ao pagamento de magistrados no estado

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) publicou o Decreto Judiciário nº 595/2026, que estabelece a programação orçamentária e financeira do Poder Judiciário baiano para o exercício de 2026. O ato define o cronograma mensal de desembolso e fixa as diretrizes para execução do orçamento ao longo do ano.

Assinado pelo presidente do TJ-BA, José Edivaldo Rocha Rotondano, o decreto prevê mais de R\$ 3,88 bilhões destinados à Secretaria do Tribunal de Justiça. Os recursos serão utilizados em despesas com pessoal, ma-

nutenção administrativa, assistência à saúde, tecnologia, reformas e funcionamento das unidades judiciárias em todo o estado.

A maior parte do orçamento será destinada ao pagamento de magistrados e servidores. Segundo o planejamento financeiro, a administração de pessoal e encargos dos membros do primeiro grau do Judiciário está estimada em cerca de R\$ 2,4 bilhões. Já os gastos com os integrantes do segundo grau devem ultrapassar R\$ 322,6 milhões.

Além disso, o TJ-BA prevê R\$ 367,8 milhões para administração de pessoal e encargos gerais. A assistência médica e odontológica de

servidores e dependentes do primeiro grau contará com mais de R\$ 177,6 milhões, enquanto o atendimento de magistrados e servidores do segundo grau terá previsão de R\$ 23,7 milhões.

Na área de infraestrutura e tecnologia, o Fundo de Aparelhamento Judiciário (FAJ) terá orçamento aproximado de R\$ 656,4 milhões. De acordo com o decreto, os recursos serão aplicados em modernização do parque tecnológico, manutenção de sistemas de informática, construção e reforma de fóruns e aparelhamento das unidades judiciais.

O cronograma financeiro também prevê mais de R\$ 79,2 milhões para manuten-

ção técnico-administrativa das unidades do primeiro grau e cerca de R\$ 21,1 milhões voltados à modernização tecnológica dessas estruturas.

O planejamento inclui ainda investimentos em políticas institucionais e sociais. O tribunal reservou recursos para ações de acessibilidade e inclusão, programas de participação institucional feminina, eventos de enfrentamento à violência doméstica e capacitação de magistrados e servidores.

Na área estrutural, estão previstos R\$ 45,3 milhões para reformas de unidades judiciárias do primeiro grau e R\$ 11,4 milhões para obras no segundo grau.



O TJ-BA publicou o Decreto Judiciário nº 595/2026, que estabelece a programação orçamentária e financeira do Poder Judiciário baiano para o exercício de 2026

Bruno diz que prefeitura pode mediar negociação sobre greve

EDITORIA DE POLÍTICA

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, afirmou que a Prefeitura poderá atuar como mediadora nas negociações entre rodoviários e empresários diante da ameaça de greve do transporte público na capital baiana. A declaração ocorreu durante a cerimônia de entrega da Comenda 2 de Julho ao diretor-geral da Defesa Civil de Salvador, Sosthenes Macêdo, realizada na Assembleia Legislativa da Bahia. Segundo o prefeito, a gestão municipal trabalha para evitar paralisações e

manter o diálogo entre trabalhadores e empresas do setor de transporte coletivo. “O que a gente sempre faz é atuar como mediador. Graças a Deus, foi assim durante a gestão de ACM Neto e é assim durante a nossa gestão. Nunca houve greve e a gente espera que não tenha. A gente faz um apelo para ambas partes”, declarou.

Bruno Reis ressaltou que o período de negociações salariais entre rodoviários e empresários costuma gerar tensão todos os anos no mês de maio. De acordo com ele, o movimento faz parte da dinâmica tradicional das cam-

panhas salariais da categoria. “Desde quando essa cidade existe sempre, no mês de maio, iniciam as negociações com a categoria. Eles fazem esses movimentos para tentar ter uma melhor negociação com os empresários, essa é uma relação privada entre funcionário e patrão. A gente sabe que isso vai acabar no dissídio, que o Tribunal Regional do Trabalho vai ter que decidir”, afirmou. O prefeito também citou as dificuldades financeiras enfrentadas pelo sistema de transporte público e destacou o aumento dos custos operacionais.

Governo renova contratos com distribuidoras de energia no país

PEDRO RAFAEL VILELA
AGÊNCIA BRASIL

O governo antecipou a renovação de contratos com distribuidoras de energia elétrica que atuam em 13 estados. A projeção é que sejam investidos R\$ 130 bilhões na melhoria da infraestrutura e no atendimento a consumidores até 2030. O evento contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, nesta sexta-feira (7), em Brasília.

“Trata-se da mais ex-

pressiva rodada de investimentos na modernização de redes de distribuição de energia da história do Brasil. Estamos falando da geração de 100 mil empregos diretos e indiretos, de 30 mil profissionais capacitados”, destacou Silveira.

Os contratos de renovação contemplam 16 distribuidoras e estão submetidos às regras e diretrizes do Decreto 12.068/2024, que estabeleceu regras mais rígidas às empresas de distribuição de eletricidade.

Os antigos contratos, firmados no final da década de 1990, eram considerados

pouco exigentes com relação aos critérios de qualidade no fornecimento de energia elétrica para os consumidores brasileiros. Agora, as distribuidoras se comprometem a seguir todas as 17 diretrizes estabelecidas na norma federal.

Entre esses parâmetros estão a inclusão da satisfação do consumidor como indicador de desempenho das distribuidoras, a obrigatoriedade de melhoria contínua da qualidade do fornecimento e a definição de metas para recomposição do serviço após eventos climáticos extremos.